

A internacionalização da educação e suas novas tendências

João Roberto Moreira Alves (*)

A integração do Brasil com a Europa, no campo da educação, não é recente e já na época colonial era frequente que as famílias com maiores recursos enviassem seus filhos para fazer seus estudos em Portugal, Inglaterra e na França.

Os primeiros ensinamentos ocorriam especialmente nas grandes propriedades onde os “mestres escola” (como eram chamados os antigos professores) ministravam o ensino primário e depois preparavam os jovens para a formação no velho continente. Nos grandes centros as poucas escolas que existiam buscavam atender aos que não tinham condições financeiras para a educação em Coimbra, Évora, Paris ou Londres.

Os séculos de passaram mas o princípio da internacionalização permaneceu vivo e mesmo com a significativa melhora do sistema educacional brasileiro há sempre o sentimento das famílias em verem os filhos estudarem no exterior.

Durante os anos recentemente passados a vontade de que a formação fosse numa universidade americana ou canadense se intensificou, entretanto as dificuldades de acesso e permanência (especialmente nos Estados Unidos da América), aliados aos altos custos, fez com que se reduzisse esse fluxo migratório.

Reabriu-se um novo mercado: o da Europa, especialmente através de Portugal que conseguiu elevar em muito a qualidade de seu ensino e que tem significativas identidades com o Brasil.

A facilidade de vistos para estudos aliada à existência do mesmo idioma, sensibilizou muitas universidades portuguesas a aceitar, inclusive, os resultados da avaliação nacional do ensino médio (ENEM) como peso para a matrícula em cursos de graduação.

Mas o processo não para no ensino de terceiro grau. Vemos muitos esforços para que tanto no ensino médio, como na pós-graduação lato ou stricto sensu exista o aumento de alunos.

Vemos, desta forma, que há forte tendência para fazer com que, cada vez mais, estudantes brasileiros, mesmo adolescentes, façam seus estudos na pátria irmã.

Por sua vez as instituições educacionais lusas vêm investindo esforços para divulgar seus cursos e programas no Brasil e alguns convênios já são notados para facilitar o intercâmbio estudantil e profissional dos docentes.

Nota-se também que para os colégios brasileiros de educação básica, assim como para as instituições de ensino superior, é deveras útil um convênio de cooperação técnica com boas unidades de ensino de Portugal.

Logicamente que não se afasta a integração com as organizações educativas espanholas, francesas e inglesas, onde existem também excelentes colégios e universidades, entretanto a falta de um domínio pleno dos idiomas significa uma grande barreira.

No sentido mais amplo poderíamos incluir outras nações, como as asiáticas e da Oceania, entretanto as diferenças culturais impedem que exista um número significativo de demanda.

Um fato relevante a se comentar é que em 1998 a União Europeia aprovou o chamado “processo de Bolonha”, que fomenta um magnífico espaço europeu da educação superior. Desde então, a internacionalização do ensino tem sido amplamente incentivada no continente, como pode ser observado no acentuado fluxo de intercâmbio entre os jovens, e no expressivo apoio financeiro a projetos de pesquisa e desenvolvimento.

O “Pacto de Bolonha” vem modificando paradigmas e contribuindo não só com a integração na formação dos estudantes, como no aprimoramento dos conteúdos oferecidos em todos os níveis e modalidades. Hoje é perfeitamente possível haver cursos ministrados por intermédio de consórcios, que amplia a visão e a prática dos discentes no continente europeu.

Hoje é extremamente importante para as escolas brasileiras e portuguesas essa integração, onde são estabelecidos mecanismos de duplo benefício para as instituições e para as nações.

Muitos estudos tem sido feitos nesse setor da internacionalização, valendo destacar o da Associação Internacional das Universidades (que é uma das mais bem referenciadas entidades do setor educacional) que começou a repensar o processo de internacionalização e suas práticas, de modo a posicionar a internacionalização e seus valores subjacentes na atual sociedade global do conhecimento. Segundo os mesmos, além de simplesmente promover uma mudança radical do conceito, é necessário retornar ao seu significado original e a suas bases, compreendendo quais fatores contextuais estão influenciando a imagem original e exigindo ajustes.

Mas por que é tão importante internacionalizar a educação?

O processo de internacionalização estimula a cooperação internacional para a qualificação inclusive dos docentes, bem como a produção de projetos de pesquisa compartilhados, intensifica o desenvolvimento industrial e, além disso, favorece a imagem da instituição nos rankings internacionais.

Contudo, o principal objetivo é garantir que os alunos adquiram uma formação que englobe o conhecimento sobre os problemas comuns às nações, para contribuir com o crescimento sustentável global.

É, sem qualquer dúvida, um caminho sem volta.

As instituições de ensino que não se abrirem para a internacionalização da educação, não se manterão competitivas ou atrativas para seus estudantes e professores.

(*) Presidente do Instituto de Pesquisas e Administração da Educação, Diretor da Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino e Acadêmico da ALAC - Cadeira 29 - Olavo Bilac